



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ARTICULAÇÃO E CONTRATOS
DIVISÃO DE AVALIAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS
SBS QD. 02 – BLOCO F – EDIFÍCIO FNDE – 4º andar - CEP 70.070-929
TEL: (61) 2022-4643/4510/5105 – FAX: 2022-4408

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 9/2012

MOBILIÁRIO ESCOLAR

Aos dezesseis dias do mês de agosto de 2012, no Auditório da FECOMERCIO SP - Federação do Comércio, de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo, localizada à Rua Dr. Plínio Barreto, 285, 3º Andar, Bela Vista, São Paulo/SP, às 9 horas foi realizada a presente Audiência Pública nº 9/2012, para esclarecer aos interessados os principais aspectos do processo de aquisição pública e levantar subsídios para o processo de licitação para registro de preços de Mobiliários Escolares, para atendimento a alunos da educação infantil, ensino fundamental e médio, dos sistemas educacionais federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, por intermédio do Aviso de Audiência Pública nº 9/2012, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, do dia 2/8/2012, página 42. A cópia do Aviso encontra-se no Portal de Compras do FNDE <http://www.fnde.gov.br/portaldecompras/index.php/editais/audiencias-publicas>. A presente Ata destaca os principais pontos da citada audiência. A gravação da mesma estará disponível em CD encartada no Processo de Audiência Pública no FNDE. A Audiência Pública 9/2012 foi aberta pelo Presidente do FNDE, José Carlos Wanderley de Freitas, que presidiu a referida audiência, com os esclarecimentos sobre os objetivos da mesma. Em seguida solicitou aos participantes que se apresentassem, informando nome o completo, a empresa e ou órgão que representavam. Os colaboradores da presente audiência foi composta pela senhora Leilane Mendes Barradas – Diretora de Administração do FNDE, senhora Andreia Couto Ribeiro – Coordenadora Geral de Articulação e Contratos do FNDE, senhor Julio Cezar Viana - Coordenador Geral de Programas Especiais do FNDE, senhor Ricardo Grisólia Esteves – Fundo de Desenvolvimento da Educação – FDE/SP, senhora Monica Duran – Fundo de Desenvolvimento da Educação – FDE/SP, senhora Nelle Cristina Guimarães Garcia – Consultora do FNDE e senhora Adriana Pimentel Muller – Chefe de Gabinete do FNDE. A lista de presença dos participantes estará disponível no Portal de Compras do FNDE <http://www.fnde.gov.br/portaldecompras/index.php/editais/audiencias-publicas>. Inicialmente, discorreu sobre os esclarecimentos dos objetivos da mesma. Antes de continuar, os participantes se apresentaram, informando o nome completo, a empresa e ou órgão que representavam. O presidente esclareceu que essa Audiência Pública tinha a proposta de apresentar mobiliários distintos dos que normalmente têm sido apresentados em outras audiências e dos que normalmente têm sido comprados pelo Ministério da Educação. Informou que o FNDE tem a missão de apoiar o MEC na implementação dos programas que são formulados a partir das políticas educacionais. Fez, ainda, uma breve

explicação, informando que o processo licitatório realizado pelo FNDE, por meio de registro de preços, permite que municípios e estados adquiram, por meio de recursos de transferência direta, de recursos próprios, de emendas parlamentares e de financiamento, produtos de qualidade, com preço justo, sem que esses municípios e estados tenham que realizar o processo licitatório local. Completou que, após outras experiências, preferiu-se utilizar a modalidade de licitação através do Registro Nacional de Preços, modelo gerencial em que é realizada uma única licitação para o atendimento de toda rede educacional brasileira. Falou da importância da realização da Audiência Pública para o processo licitatório, enaltecendo que a troca de experiências, o diálogo franco, direto e transparente com o mercado, permite que as demandas do Ministério sejam avaliadas, discutidas e aprimoradas para a conclusão do Termo de Referência, que subsidiará o Pregão Eletrônico. Disse que foi preciso aprender como se realizam as especificações do produto, como que se agrega qualidade, como se organiza o processo de verificação de qualidade. Passou então a palavra ao consultor Ricardo Grisólia, da FDE/SP que, após os cumprimentos e agradecimentos aos presentes, iniciou a sua apresentação sobre as especificações técnicas de mobiliários para salas de aula e de atividades, salas de uso múltiplo e de informática, áreas de alimentação e de repouso, destinadas à educação infantil, ensino fundamental e médio. Inicialmente, se atendia apenas o ensino fundamental e médio. Na medida em que as demandas foram surgindo e o mapeamento delas apontou para as necessidades de mobiliário para creche e pré-escolar, houve a necessidade de uma complementação e um enriquecimento daquele mobiliário. O que inicialmente era contemplado por 5 (cinco) itens, agora passa a ter 25 (vinte e cinco) itens. São elementos com projetos próprios, desenvolvidos especialmente para escolas, sendo eles: os Conjuntos Aluno – CJA-03, CJA-04 e CJA-06, o Conjunto Professor – CJP-01 e a Mesa Acessível – MA-04 E MA-06. O Conjunto tamanho coletivo, tamanho zero e tamanho nº1, Conjunto Uso Múltiplo tamanho nº1 tamanho nºs 3, 4 e 6, Conjunto para Refeitório em cinco tamanhos, sendo que os dois primeiros são compostos de Mesa mais Cadeira e os três seguintes são compostos de Mesas e Bancos. Continuou dizendo que foi feita uma adequação, a pedido da Undime, que trouxe a informação de que os meninos muito pequenos não tem ainda a estabilidade para sentarem em bancos. Passou, ainda, outras informações detalhadas sobre o acabamento do produto, sobre se os móveis deverão ser modulares, altura ideal e suas funcionalidades. Falou que já é possível implantar a certificação, antes mesmo do vencimento dos prazos que o Inmetro estabeleceu em seu regulamento e que ela já está disponível no sítio do Inmetro. Comentou sobre o conceito de ergonomia para ser aplicado dentro da escola e que o produto tem que ser funcional, tem que atender as necessidades que a sala de aula e o ensino demandam, para um bom desempenho do aluno. Também disse que o móvel tem que ter durabilidade e que isso já é considerado essencial, pois, tradicionalmente se comprava um produto e no ano seguinte já teria que fazer a reposição. Esse processo é decorrente de um produto de baixa qualidade, evidente quando se faz um produto que não passa por análises técnicas, por controles de qualidade. Portanto, é fundamental que se comece a pensar em sustentabilidade e, para isso, há de se fazer um conjunto de esforços que resultem em um produto acabado, com uma vida útil muito mais longa, sem se esquecer do design na sua apresentação ou do resultado no ambiente, que

necessita ser agradável esteticamente. Falou que a concepção sistêmica é uma das inovações mais importantes. Tudo aquilo que está regulamentado de acordo com normas técnicas deve ser adquirido segundo esses preceitos. Fez uma pausa para apresentar o Professor Mariano Bacelar, especialista também em processo de certificação, que se utiliza de empresa de consultoria especializada em avaliações. Deu continuidade à apresentação e autorizou o professor para interrompê-lo e auxiliá-lo se necessário. Posteriormente, o senhor Ricardo Grisólia relatou que alguns diretores, que não têm alunos com necessidade especiais matriculados, deduzem que a escola não precisa desse tipo de mobiliário. No entanto, a senhora Andreia Couto observou que, na verdade, é um problema de gestão, mas que a norma de acessibilidade existe e o mobiliário tem que ser disponibilizado. A escola tem que estar preparada para receber todo tipo de aluno e esse tipo de mobiliário poderá ser adequado a outros espaços da escola também. Na continuidade, o senhor Ricardo Grisólia informou que todos os móveis virão com manual de instrução para orientar o gestor na hora de disponibilizá-los, conforme o mapeamento incluído no referido manual. Apresentou o desenho de um mobiliário novo já feito em protótipo, que nunca foi produzido em série, mas que se trata de um produto durável e de qualidade. Após essa apresentação, a consultora Monica Duran disse que o foco dos projetos é a educação infantil. A ideia é ter a peça colorida e agregar algum elemento que dê referência às questões de cores no ambiente, e ao mesmo tempo às questões relacionadas com o material de acabamento, no sentido de eliminar qualquer elemento que possa ferir a criança. A seguir, o senhor Carlos Marques, da Maq-Móveis, discutiu dados com o senhor Ricardo a respeito de resistência e durabilidade dos materiais e que esses não causem acidentes às crianças. Após, a Secretária de Estado do Rio de Janeiro, senhora Ana Paula Lima, perguntou sobre a possibilidade de se fazer a opção em relação ao encosto dos móveis, de serem de plástico e não de compensado, pois a Secretaria já havia adquirido este tipo de móvel, por intermédio do FNDE e gostaria de dar continuidade nessa padronização. Foi sugerido que as empresas fornecessem as duas opções. Continuando, o senhor Ricardo disse que a fala do senhor Presidente veio colaborar para dar segurança para que as empresas possam investir com estabilidade no longo processo e isso significa que elas poderão investir e terão um retorno necessário desses investimentos. Os senhores Pedro Iris e Ricardo comentaram a respeito do robô que estarão utilizando na produção dos mobiliários escolares. Após, o senhor Ricardo Grisólia disse que, quando o móvel for acessível para o portador de necessidades especiais, ele terá uma etiqueta em partes não visíveis para os móveis do professor e visível para os móveis dos alunos. Isso foi uma demanda da Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência. A senhora Monica Duran disse que a acessibilidade é mais uma informação para o gestor e essa informação pode vir por meio de cor, como por exemplo, a mesa azul que serve para os que utilizam cadeira de rodas. Dessa forma, é importante que seja disponibilizado sempre pelo menos uma. Ele lembrou que todos os itens deverão ter etiquetas de identificação relacionada a rastreamento dos contratos. Além disso, falou que os componentes injetados e os de madeira deverão ter identificação do fabricante. Houve um tempo em que não se tinha identificação e a possibilidade da perda de qualidade era muito grande. O rastreamento vincula o nome de uma marca ao produto e isso acarreta responsabilidade ao

fabricante. A senhora Monica Duran pediu para fazer um comentário importante dizendo que normalmente todos os laboratórios estão acostumados a fazer os laudos de acordo com determinados ensaios e é recomendável que o laboratório observe o edital para que eles possam fazer uma análise de acordo com os requisitos que efetivamente estão sendo cobrados, e que aquele produto que está sendo comprado corresponde ao projeto especificado e detalhado no edital. Por isso, a encomenda dos senhores para os laboratórios tem que ser bastante clara. O senhor Ricardo Grisólia disse que alguns relatórios têm procedimentos rígidos por conta da própria conformidade que têm que respeitar em função do Inmetro e é importante que quando forem encomendar o laudo ao laboratório, informem o que precisam detalhadamente na primeira fase. O senhor Carlos perguntou se, ao invés de se pedir um laudo de laboratório, pedisse um laudo de uma OCP (Organismo Certificador de Produto). Uma OCP é organismo de certificação do produto e ele é o habilitado a fazer uma conferência, seja ela visual ou técnica, de um mobiliário, ou seja, em conformidade com um descritivo ou com um projeto. Falou que os laboratórios têm essa dificuldade, porque eles são normatizados e eles são sempre cobrados pelo Inmetro para ter uma norma muito rígida. O Presidente Freitas disse que o senhor Antonio Bacelar estava falando a respeito da pré-qualificação do produto e que esta ainda não está regulamentada, ainda não existe uma lei que a oriente e há um forte debate a respeito disso dentro do governo. O Presidente falou que muitas empresas não conhecem a licitação, como é feita, e que pelo registro de preços ela é um pouco diferenciada. Disse que o pregão eletrônico atualmente é feito pelo *comprasnet* e, para a fase de lances, a empresa que ofertou o menor preço tem que apresentar toda a parte documental e, após a análise documental, terá que ter a aprovação do protótipo. Se o protótipo que ela apresentar for aprovado, o certame passa à fase de adjudicação, homologa-se a licitação e, a partir daí, é firmada uma ata de registro de preços com a empresa. A Ata diferencia-se de um contrato, é uma possibilidade de que todas as entidades, inclusive o FNDE, possa fazer uma adesão. No caso das outras entidades que estão interessadas, elas têm que solicitar a adesão, e essa solicitação é feita com o modelo que o FNDE trabalha atualmente, com o Plano de Ações Articuladas, o PAR, em que o interessado, a prefeitura ou o estado, entra no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle - SIMEC do Ministério da Educação, e faz seu planejamento, colocando sua proposta. O FNDE, por sua vez, analisa essa proposta e, com a aprovação no PAR, realiza-se o empenho do recurso. Essa aquisição é vinculada ao pregão eletrônico. Assim que for feito o empenho, automaticamente esse pedido entra no Sistema de Gerenciamento de Atas de Registro de Preços – SIGARP. Ressaltou que a maioria das entidades e fornecedores já conhece o sistema. O processo é rápido e menos burocrático. Segundo a Coordenadora Geral Andreia Couto, daqui a alguns anos, as escolas serão de qualidade e, então, algumas informações de todo esse material vai estar no portal de compras do FNDE. Nele encontram-se todos os produtos, as licitações e documentos a elas referentes, inclusive os relativos às audiências públicas. Estará disponibilizado para toda a sociedade que quiser acompanhar, não haverá a necessidade de utilização do *comprasnet*. A Coordenadora Geral Andreia Couto Ribeiro informou que haverá tempo para que todos verifiquem as especificações detalhadas e deem as sugestões necessárias e em seguida encerrou a audiência às 14 horas.